Foi Francisco José Sameiro da Mata, técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Alentejo, promovido, mediante concurso, a técnico superior principal, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, considerando-se exonerado da categoria anterior.

As disposições legais que permitem o provimento são as constantes da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

As presentes promoções têm cabimento orçamental confirmado pela 8. Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, publicada no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 115, de 18 de Maio de 2002, produzindo efeitos à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2006. — O Director Regional, Augusto José de Sousa Gouveia.

## Despacho (extracto) n.º 17 185/2006

Por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo de 4 de Julho de 2006, foram Guilherme António Vieira e João Pedro Antunes Marques Fialho, técnicos de 1.ª classe, da carreira de técnico, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, promovidos, mediante concurso, a técnicos principais, da carreira de técnico, do mesmo quadro de pessoal, considerando-se exonerados das categorias anteriores.

As disposições legais que permitem o provimento são as constantes da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

As presentes promoções têm cabimento orçamental confirmado pela 8.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, publicada no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 115, de 18 de Maio de 2002, produzindo efeitos à data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2006. — O Director Regional, Augusto José de Sousa Gouveia.

# MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

# Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

## Despacho n.º 17 186/2006

Considerando que, pelos despachos melhor identificados no quadro cuja publicação se promove em anexo, foi declarada a utilidade pública das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto;

Considerando que, por razões de ordem técnica relativas à execução dos trabalhos, surgiu a necessidade de rever e alterar o projecto;

Considerando também as vicissitudes que ocorrem ao longo da tramitação dos processos expropriativos, cujo suporte formal cadastral se revela desadequado da realidade ora constatada, designadamente no que respeita à alteração dos interessados, áreas, descrições prediais e inscrições matriciais;

Considerando, ainda, que é de interesse público a continuação do

empreendimento sem interrupção:
Ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 13.º, 14.º e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e da delegrações, aprovado pela Lei n.º apropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e da delegrações de descripção de descripção de descripção de 18 de Setembro, e da delegrações de descripção de descripção de 18 de Setembro, e da delegrações de descripção de 18 de Setembro, e da delegrações de 18 de gação de competências constante do despacho n.º 16 347/2005, de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, a requerimento da Sociedade Metro do Porto, S. A., declaro a alteração das declarações de utilidade pública melhor identificadas no quadro cuja publicação se promove em anexo, na medida dos dados constantes dos campos assinalados naquele quadro de expropriações e plantas parcelares agora publicadas, mantendo-se em vigor, para quaisquer outros efeitos, os despachos anteriores.

Os encargos financeiros com as expropriações resultantes deste despacho são da responsabilidade da Sociedade Metro do Porto, S. A., para os quais dispõe de cobertura financeira, tendo prestado caução para garantir o pagamento dos mesmos.

25 de Maio de 2006. — A Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Mendes Vitorino.

# Resoluções a expropriar nos termos do disposto no artigo 10.º do Código das Expropriações Expropriações para duplicação da linha da Póvoa

I

	Alterações		Alteração do pro- prietário, de descrição pre- dial e da inscri-	çao mauriciai. Alteração do pro- prietário, de descrição pre- diale da inscri- ção matricial aumento de área devido serro na defini- ção dos limites da parcels aquando de instrução.
construction of the constr	Identificação	Registo	U-913 2307, a fl. 108 do livro B-9.	00327/931020
		Urbana	U-913	
		Rústica		R-406
		Freguesia	66,26 Vila Nova da Telha.	108,60 Vilar do R-406 Pinhei- ro.
		Área		108,60
	Proprietărio/arrendatărio	Localidade	Vila Nova da Telha, Maia.	Moreira, Maia.
		Morada	Rua de Gonçalo Mendes da Maia, 41.	Rua do Conse- lheiro Luís Magalhães, 241, rés-do-chão.
		Nome	João Baptista Trancoso.	Maria Elisabete Jesus Pereira Dias.
		P/A	Ь	<u>a</u>
	Publicações anteriores	Número do <i>DR</i>	202	167
		Data da publicação	2-9-2003	31-8-2005
		Número do despacho	7-8-2003   16 906/2003   2-9-2003	18 942/2005 31-8-2005
		Data do despacho DUP	7-8-2003	3-8-2005
		Zona	В	ш
		Número do desenho	1/2	2/2
		Parcela	PE-NM-268	PE-NM-363B